

REVISTA DE DIREITO CIVIL



CIDPI Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa

ANO II (2017), NÚMERO 3
DIRETOR: ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO
MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA
PEDRO ROMANO MARTINEZ
LUÍS MENEZES LEITÃO

A Ciência do Direito civil registou, nos finais de 2016, uma grande reforma francesa do Direito das obrigações. No Código de 1804 foram introduzidos, entre outros pontos, a alteração das circunstâncias, a *culpa in contrabendo*, a cessão de dívida, a cessão de contrato e o princípio do equilíbrio. Foi suprimida a “causa”.

A Ciência civilística francesa regressa ao palco das novidades jurídico-científicas, numa aproximação à dogmática romano-germânica. Ficam reforçados os Direitos nacionais europeus.

No Direito lusófono, avultam as comemorações do cinquentenário do Código Civil de 1966, em vigor a partir de 1967 e o centenário do Código Civil brasileiro de 1916. Ambas as efemérides são acompanhadas por ventos de reforma, dos dois lados do Atlântico, a que cumpre dar a maior atenção.

No segundo ano da sua existência, a *Revista de Direito Civil* anuncia um programa rico e muito útil.

Os nossos leitores e assinantes merecem-no.

ISBN: 978-03-17-35535-2



ISSN 2183-5535

ISBN 978-03-17-35535-2

PVP € 22

RDC

ANO II (2017), N.º 3

REVISTA DE DIREITO CIVIL

ALMEDINA

DOCTRINA

J. Pinto Furtado, *Do alojamento local, na sua relação com a propriedade horizontal*
Luís de Lima Pinheiro, *Direito Internacional Privado (artigos 14.º a 24.º do Código Civil)*

Dário Moura Vicente, *A crise económica mundial e os contratos internacionais*
Francisco Prol, *O caso julgado na arbitragem internacional. Alguns pontos a considerar*
Diogo Costa Gonçalves, *Notas breves sobre a origem dos direitos de personalidade*
Guilherme Dray, *O direito à reserva da intimidade da vida privada.*

O artigo 80.º do Código Civil de 1966

Francisco Mendes Correia, *Operações não autorizadas e o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica*
Joana Lopes Pereira, *Abuso de direito e venda de bens alheios no Direito português*

ALMEDINA